



O realinhamento da política externa da Suécia: implicações para Portugal do reconhecimento da Palestina

PAULO GORJÃO

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

No dia 3 de Outubro, no seu discurso inaugural perante o Parlamento sueco, o novo Primeiro-Ministro social-democrata, Stefan Löfven, apanhou a comunidade internacional de surpresa quando anunciou que Estocolmo iria reconhecer a Palestina enquanto Estado soberano.¹ A surpresa continuou com a rapidez com que se passou das palavras aos actos: o Governo não estava ainda em funções há um mês quando, no dia 30 de Outubro, num curto comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a ministra Margot Wallström reconhecia oficialmente a soberania do Estado palestiniano.²

Esta decisão do Executivo de Löfven marca, muito claramente, uma ruptura externa e interna. Do ponto de vista externo, alguns Estados-membros da União Europeia (UE)—o caso da Bulgária, Chipre, República Checa, Hungria, Malta, Polónia e Roménia—já haviam reconhecido o Estado independente da Palestina, mas essa decisão havia sido tomada antes da sua adesão à União. Nessa medida, a Suécia tornou-se no primeiro Estado-membro da UE a reconhecer, de forma unilateral refira-se, a soberania da Palestina.

Internamente, a decisão do novo Governo sueco representa uma clara ruptura com a orientação seguida pelo anterior Executivo liberal-conservador liderado por Frederik Reinfeldt. Importa lembrar que em Outubro de 2011, num contexto de profunda divisão europeia, a Suécia foi um dos poucos Estados-membros da UE que votou contra a entrada da Palestina na UNESCO enquanto membro de pleno direito.

De certo modo, o reconhecimento da soberania do Estado palestiniano constitui, não um fim em si mesmo, mas um meio e um instrumento num jogo diplomático mais vasto. Por um lado, como já se referiu, formal e substantivamente, Löfven sinaliza a ruptura com o anterior ciclo político. Por outro, talvez mais importante, o reconhecimento da Palestina corresponde a um regresso às raízes tradicionais da política externa social-democrata sueca.³ Numa entrevista antes das eleições legislativas, Löfven queixou-se da passividade da política externa sueca no anterior ciclo político e prometeu que seria mais activo nas Nações Unidas e nas questões de direitos humanos.⁴ Com o anterior ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt, de facto, a política externa sueca esteve qua-

1 "Statement of Government Policy" (*Prime Minister's Office* [Suécia], 8 de Outubro de 2014), p. 19.

2 "Sweden recognises Palestine and increases aid" (*Ministry for Foreign Affairs* [Suécia], 30 de Outubro de 2014).

3 Ver Christian Christensen, "Sweden rebuffs the US on Palestine" (*Al Jazeera*, 8 de Outubro de 2014).

4 Alistair Scrutton e Johan Sennero, "Sweden's Palestine statement signals start of weightier global role" (*Reuters*, 7 de Outubro de 2014).



se sempre alinhada com os EUA e muito centrada nas matérias relacionadas com a UE. Na prática, Löfven e Wallström prometem recentrar a diplomacia de Estocolmo, dedicando mais atenção à agenda internacional e a algumas das matérias que tradicionalmente são tratadas no universo das instituições da ONU: igualdade de género, desarmamento, paz e segurança. Acresce que a percepção da importância da ONU no âmbito da política externa da Suécia é seguramente reforçada pela própria experiência pessoal de Wallström, na medida em que foi, entre 2010 e 2014, representante especial do secretário-geral para a violência sexual em conflitos armados.

Sem margem para qualquer dúvida, o reconhecimento da Palestina abre caminho a uma tentativa de recolocar a Suécia no lugar que julga ser o seu na política internacional. Dito de outra maneira, Estocolmo procura reasumir o prestígio e o lugar que já teve no universo da ONU. Numa altura em que a Suécia é candidata a um lugar não permanente no Conselho de Segurança da ONU para o biênio de 2017/2018, a sua diplomacia ainda não esqueceu a derrota humilhante que sofreu a sua candidatura ao Conselho de Direitos Humanos para o triénio de 2013/2015.⁵ Igualmente importante, tal como sucedeu no passado, a Suécia pretende voltar a ter mais e melhores cargos nas estruturas da ONU.

Em que medida é que tal poderá ter interesse para a diplomacia portuguesa?

Muito se tem falado em Portugal na possível escolha de António Guterres, ou de José Manuel Durão Barroso, para o cargo de secretário-geral da ONU. Enquanto Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Guterres encontra-se certamente melhor colocado do que Durão Barroso para suceder a Ban Ki-moon, cujo mandato termina a 31 de Dezembro de 2016. Porém, nem todos os Estados europeus estenderão uma passadeira vermelha para a passagem incontestada de Guterres. A Suécia certamente não o fará, na medida em que, se estiverem reunidas condições para tal, estará empenhada em promover a candidatura de Jan Kenneth Eliasson, actual secretário-geral adjunto da ONU.

Isto dito, o reconhecimento sueco da soberania do Estado palestiniano interessa a Portugal por razões adicionais. Inevitavelmente, a decisão de Estocolmo colocou pressão acrescida nos restantes Estados-membros da UE. Numa primeira reacção, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, considerou que “por enquanto é cedo” para Portugal reconhecer a soberania palestiniana e que “não pensamos que se deva interromper o processo de negociações até se alcançarem resultados sólidos”.⁶ O “cedo” de Machete seguiu a posição norte-americana que considerou “premature” o reconheci-

mento da Palestina.⁷ A referência do ministro ao processo de negociações é menos compreensível, tendo em conta que o mesmo fracassou com estrondo em Abril passado.

Será num contexto de impasse negocial, com novas decisões israelitas sobre os colonatos e com o regresso da violência a Gaza que a recente decisão sueca será discutida na próxima reunião mensal do Conselho de Negócios Estrangeiros (CNE) da UE, que terá lugar a 17 de Novembro. A posição da diplomacia portuguesa parece ser bastante clara: em Lisboa há um ambiente geral favorável ao reconhecimento da soberania do Estado palestiniano. No entanto, em vez de um acto isolado, como o sueco, com os custos políticos e diplomáticos que isso implica, a diplomacia portuguesa prefere um acto concertado, i.e. um reconhecimento conjugado com os parceiros europeus, nomeadamente com aqueles que são uma referência nesta questão para Lisboa: Espanha, França e Irlanda. Em suma, Portugal entende que nada tem a ganhar com um gesto de ruptura como o sueco, mas não vê com maus olhos um gesto colectivo no sentido do reconhecimento da soberania da Palestina.

Pura e simplesmente, o impasse negocial perdura há demasiadas décadas. Naturalmente, nenhum Estado europeu contesta o direito de Israel a viver em paz e segurança. No entanto, é um facto indiscutível que se começa a esgotar a paciência e a confiança, mais ainda quando se tem a percepção de que o Primeiro-Ministro israelita Benjamin “Netanyahu prefere um estado de guerra permanente a uma paz difícil”.⁸ À luz deste contexto, a decisão sueca de reconhecer a Palestina é apenas o revés mais importante sofrido por Israel nos últimos tempos, numa lista—que corre o risco de se tornar longa—de exemplos de que os ventos não sopram a seu favor. A votação não vinculativa que ocorreu a 14 de Outubro, no Parlamento britânico, em que 274 parlamentares votaram a favor do reconhecimento da Palestina (apenas 12 votaram contra),⁹ ilustra igualmente o facto de, noutros Estados-membros da UE,¹⁰ a paciência se estar a esgotar com Israel.

Na prática, o arrastar indefinido do *statu quo* tem tido apenas um beneficiário. Com o aval político e diplomá-

5 Com três vagas para cinco candidatos, a Alemanha, os EUA e a Irlanda deixaram de fora a Grécia e a Suécia.

6 “Portugal considera ser cedo para reconhecer estado da Palestina” (*Diário de Notícias online*, 31 de Outubro de 2014).

7 “Daily Press Briefing: Jen Psaki” (*U.S. Department of State*, 3 de Outubro de 2014).

8 Ver Philip Stephens, “Israel is losing its friends in the world” (*Financial Times*, 17 de Outubro de 2014), p. 9.

9 “MPs back Palestinian statehood alongside Israel” (*BBC News*, 14 de Outubro de 2014).

10 Recentemente, 18 antigos embaixadores franceses apelaram ao reconhecimento da Palestina: “Urgence pour la Palestine” (*Le Figaro*, 17 de Outubro de 2014); a Câmara Alta do Parlamento irlandês aprovou no dia 22 de Outubro uma moção não vinculativa que apelava a que o seu Governo reconhecesse o Estado da Palestina: “Irish senate calls for recognition of Palestinian state” (*AFP*, 23 de Outubro de 2014); por último, mas não em último, Alon Liel, antigo director-geral do MNE de Israel, publicou um artigo apelando a que os Estados-membros da UE seguissem as pisadas da Suécia: “EU states should follow Sweden on Palestine” (*EUobserver*, 23 de Outubro de 2014).



tico dos EUA e dos Estados europeus, Israel insiste que o reconhecimento do Estado soberano da Palestina tem de resultar de negociações, mas a verdade é que há sempre um pretexto, por mais legítimo que seja, para provocar a ruptura antes de se chegar a um entendimento. Nessa medida, não são apenas os palestinianos que estão reféns dos radicais na Palestina e em Israel. Os próprios EUA e os Estados europeus encontram-se também eles reféns do apoio político e diplomático que prestam a Israel.

Atribui-se a Einstein a observação de que “não há maior sinal de loucura do que fazer uma coisa repetidamente e esperar a cada vez um resultado diferente”. Apesar de sucessivos fracassos negociais, os Estados europeus insistem em fazer depender o reconhecimento da soberania palestiniana de um acordo obtido pela via das negociações. No entanto, após décadas de impasse, a ausência de resultados está à vista de todos.

Nessa medida, é apenas lógico que se procure redefinir os pratos da balança, no sentido de alterar os equilíbrios existentes entre o bastão e a cenoura. Assim, não há nenhuma razão para que não se aceite como válido o argumento sueco de que ao reconhecer o Estado da Palestina se está a contribuir para tornar as partes “menos desiguais”. Acresce que é igualmente razoável a tese de Estocolmo segundo a qual a sua decisão vem reforçar a posição política das forças moderadas na Palestina.¹¹

É certo que numa matéria que não constitui para si uma prioridade, a prudência diplomática portuguesa é perfeitamente compreensível e diria até aceitável. A Portugal interessa, em primeiro lugar, evitar perder o contacto nesta questão com a posição de Espanha, França e Ir-

landa. Dito isto, Lisboa poderia—e deveria—assumir, em público e em privado, uma posição política e diplomática mais assertiva e mais activa na defesa do reconhecimento da soberania da Palestina, em parte precisamente pelas razões invocadas pela Suécia.

Nessa medida, a posição assumida por Rui Machete surge como excessivamente estática e defensiva. Perante a posição de Estocolmo, Portugal deveria ter reiterado que, no seu entender, as negociações entre Israel e a Palestina têm de ser reatadas o mais rapidamente possível. Igualmente importante, o ministro português deveria ter dito também que o reconhecimento do Estado de Palestina se fará com base nas fronteiras anteriores a 1967, ou tal como acordado pelas partes. Por último, mas não em último, Portugal deveria ter deixado claro que, perante a manutenção indefinida do *statu quo*, ainda que essa não seja a sua preferência, a diplomacia portuguesa não exclui a possibilidade de seguir os passos da Suécia.

11 “Sweden today decides to recognise the State of Palestine” (*DN Debatt*, 30 de Outubro de 2014).

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Gold Sponsor



Silver Sponsor



Parceiros



Mecenas

